

Recurso especial e extraordinário

↳ Os recursos são espécies de remédios processuais definidos em lei como meios de impugnar as decisões judiciais. Os recursos buscam a reforma, a invalidação ou a integração da decisão, e também têm a função de prevenir que o julgamento impugnado se torne precluso ao transite em julgado.

@beatriznamiestudies

▷ **RECURSO ESPECIAL:** o principal objetivo do recurso especial é manter a hegemonia das leis federais e proteger o direito objetivo.

↳ instrumento utilizado pl contestar, em face do STJ, uma decisão determinada por um Tribunal Estadual ou um Tribunal Regional Federal.

↳ **competência:** A competência pl julgar o ~~recurso~~ recurso especial é do STJ.

art. 105, inciso III, CF → hipóteses de aplicação

▷ **RECURSO EXTRAORDINÁRIO:** tem como principal função rebater uma decisão que esteja contrária a Constituição. O STF é o órgão responsável pelo controle da constitucionalidade, e por resguardar as normas constitucionais e seus princípios fundamentais.

art. 102, inciso III, CF → competência pl julgar o recurso extraordinário é do STF

▷ **DIFERENÇAS:** É importante observar a sua finalidade, uma vez que o recurso especial busca uniformizar a interpretação da legislação federal, enquanto o recurso extraordinário busca uniformizar a interpretação dada à CF.

Mesmo que, julgados por órgãos distintos, é preciso observar que, caso o recurso extraordinário prejudique o recurso especial, o relator irá suspender o julgamento do último e enviará pl o STF para julgamento do recurso extraordinário.

↳ caso haja entendimento diferente do relator, o STF devolverá



o processo ao STJ.

@beatriznamiestudies

► **SEMELHANÇAS:** ambos os recursos tem o prazo de 15 dias p/ sua interposição no tribunal competente; possuem efeitos devolutivos; exigem os mesmos requisitos de admissibilidade.

► **cabimento:** o Recurso Extraordinário é cabível de acordo com o disposto em lei, já o Recurso Especial é cabível apenas quando o acórdão recorrido julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal, contrariar ou negar vigência de tratado ou lei federal ou der a lei federal interpretação diferente da que já tinha sido atribuída em outro tribunal.

